

Gestão de Parques Nacionais: O Caso do Parque Nacional da Serra da Capivara

Núbia Cristina Bezerra da Silva – Mestranda em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB.

José Aroudo Mota – Doutor em Desenvolvimento Sustentável, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB – CDS/UnB e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

GRUPO TEMÁTICO 11: Gestão Ambiental, Inclusão Social, Tecnologia e Design.

RESUMO

O Parque Nacional da Serra da Capivara localizado no estado do Piauí na região nordeste do Brasil é um dos mais importantes Parques Nacionais a proteger o ecossistema da caatinga. Guarda a maior concentração de sítios arqueológicos das Américas, são mais de 400 sítios onde estão catalogadas mais de 130.000 pinturas rupestres, constituindo-se num verdadeiro museu a céu aberto. Pela beleza naturais, diversidade da fauna e flora existentes, além dos valores culturais e arqueológicos, em 1991 o Parque foi incluído na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. No entanto, por situar-se em uma das regiões mais pobres do país e por estar circundado por dois municípios extremamente carentes que fazem parte da Zona de Proteção Permanente do Parque, os gestores enfrentam diariamente uma série de dificuldades, pois a vida das pessoas que vivem nesses municípios é muito difícil, faltando a eles o saneamento básico e até mesmo a alimentação. Esse fato agregado a outros dificulta a gestão do Parque e gera uma série de conflitos. Este texto tem por objetivo apresentar os principais conflitos de uso existentes no Parque Nacional da Serra da Capivara e apontar as alternativas que os gestores estão implementando visando atenuar as disparidades existentes.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil dispõe de um extenso quadro de Unidades de Conservação. Esforços importantes têm sido feitos para ampliar as áreas protegidas. Mesmo com 2,61% do território já constituindo unidades de proteção integral (de uso indireto) e outros 5,52% de áreas protegidas parcialmente (de uso direto). A soma dessas categorias totaliza 8,13% do território nacional e reflete um esforço considerável de conservação *in situ* da diversidade biológica brasileira .

As Unidades de Conservação de uso indireto são aquelas onde estão totalmente restringidas à exploração ou aproveitamento dos recursos naturais, admitindo-se apenas o aproveitamento indireto dos seus benefícios. São identificadas como unidades de proteção integral, tendo como exemplo os Parques Nacionais (PARNAs), representados pelas “áreas de domínio público, constituído por ecossistemas naturais, em geral de grande beleza cênica, e têm como objetivo preservar a natureza, em especial, a fauna, a flora e os monumentos naturais, além de proporcionar oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental, o lazer e o turismo ecológico” (BRITO, CÂMARA, 1998, p. 82).

Assim sendo, neste texto optou-se por estudar o Parque Nacional da Serra da Capivara pois, apesar do mesmo situar-se numa das regiões mais pobres do país, medidas eficientes e eficazes têm sido tomadas pelos gestores do Parna visando atenuar os conflitos existentes. Esse fato permitiu melhorar as condições de vida das populações dos municípios contíguos ao Parque por meio da inclusão social

2. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Instituído no dia 05 de junho de 1979, por meio do Decreto Presidencial nº 83.548 a fim de tutelar a área arqueológica mais importante do Brasil, o Parque Nacional da Serra da Capivara, guarda a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, com a área de 129.000 hectares, abrangendo os municípios de São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí, com finalidade precípua de proteger a flora, a fauna, as belezas naturais e os monumentos arqueológicos, além de ser o mais importante acervo de pinturas rupestres do continente (ARRUDA, 1993, p. 156).

Com mais de 400 sítios arqueológicos, onde estão catalogadas 30 mil pinturas rupestres, o Parna da Serra da Capivara apresenta como seu maior atrativo o fato de ser um verdadeiro museu a céu aberto.

A descoberta desses sítios levantou uma das maiores polêmicas arqueológicas das últimas décadas. Escavações revelaram indícios de ocupação humana datada de 50 mil anos atrás. Até então o mais

antigo registro da presença do homem nas Américas retroagia a 12 mil anos. De acordo com ARRUDA (1993, p. 130), “os registros arqueológicos e a abundância das pinturas rupestres mostram que a região foi habitada por diversas gerações de povos indígenas com grandes talentos artísticos, expressos nas pinturas que retrataram cenas do cotidiano e da natureza, especialmente a fauna”.

As reivindicações para a criação do Parque foram engrossadas por uma equipe internacional de pesquisadores, que atuam na região há quase três décadas, solicitada por duas razões: preservar uma vasta área de caatinga primária e preservar os sítios arqueológicos situados no Parque e que compõem um dos maiores e mais importantes conjuntos de sítios atualmente conhecido no mundo (GUIDON, 1997, P. 288). Hoje, esse mesmo núcleo de pesquisa, liderado pela arqueóloga Niède Guidon, que fixou-se na região em 1970, transformou-se numa entidade sem fins lucrativos, a Fundação Museu do Homem Americano – FUNDHAM, co-gestora do Parque juntamente com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Entre as atividades desenvolvidas estão projetos comunitários nos arredores do Parque, ligados à apicultura, cerâmica artesanal e implantação de quatro escolas no seu entorno, na zona rural, oferecendo ensino básico, baseado em um programa de educação ambiental no qual os conteúdos atendem a legislação vigente. São oferecidos cursos para formação profissionalizante, buscando instruir a população local de modo que a mesma possa participar do novo mercado de trabalho que se está surgindo na área de turismo eco-cultural, pois a população tem sua principal fonte de sobrevivência no ecoturismo (GUIDON, 1997, p. 293).

As pesquisas arqueológicas na região iniciaram-se em 1970 e a primeira expedição foi realizada em 1973, em colaboração com o governo francês. Em 1991, o Parque foi incluído na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco (PESSIS, 1998, p. 13).

A região do parque é um lugar de rara beleza na paisagem árida do sertão do Estado do Piauí. Com a vegetação densa da caatinga convivem *canyons* gigantescos, ilhas de florestas e cerrados, morros de mármore cinza e negra, além de lagoas e fontes naturais. A formação que mais impressiona é a da Pedra Furada, uma abertura de 15 metros de diâmetro num paredão com mais de 60 metros de altura, o cartão-postal do Parque. Dispõe ainda de surpreendente infra-estrutura, inclusive com visitação autoguiada pelas trilhas que levam às inscrições rupestres

3. CENÁRIO DO CONFLITO

Em torno do Parque Nacional da Serra da Capivara existe uma área de 10 km de largura, que constitui-se em uma área de proteção ambiental, cuja finalidade é criar as condições para o desenvolvimento sócio-econômico harmoniosos e equilibrado com o meio ambiente. Ocupa áreas de quatro municípios: São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo do Piauí.

A área de Preservação Permanente da Zona de uso Intensivo do Parque envolve a população de dois municípios da microrregião de Canindé: São Raimundo Nonato e Coronel José Dias. Neste texto, o enfoque será dado sob esses dois municípios. São Raimundo Nonato e Coronel José Dias possuem uma área de 863,1 km² sendo que 567,7 km² pertencem ao município de Coronel José Dias e 286,4 km² estão no município de São Raimundo Nonato.

Criado em 1992, o município de Coronel José Dias surgiu devido ao desmembramento do município de São Raimundo Nonato. Possui uma população de 3.606 habitantes dos quais 1.082 vivem na área de proteção permanente, ou seja, 30% da população total (IBGE, 1999). Esse município é composto por 25 povoados: 1) Sítio do Mocó; 2) Barreirinho; 3) Barreirão Grande; 4) Coronel José Dias; 5) Limoeiro; 6) Queimada Nova; 7) Maquiné; 8) Sanharó; 9) Casa Nova; 10) Baixa da Queda; 11) Limpo Grande; 12) Barra do Antônio; 13) Boi; 14) Lagoa; 15) Serrote; 16) Borda; 17) São Miguel; 18) Lagoinha; 19) Veneza; 20) Barreirinho II; 21) Lagoa do Inácio; 22) Poço do Angico; 23) Barra da Umburana; 24) Santo Antônio e 25) Saco.

Dentre esses povoados destaca-se o Sítio do Mocó onde nos últimos dez anos foram realizados diversas atividades de apoio à comunidade, desenvolvidas pela FUNDHAM com a colaboração técnica do governo da Itália. Esse povoado, que é a sede do município, foi o primeiro a Ter implantado o Núcleo de Apoio à Comunidade (NAC), possuindo a melhor infra-estrutura, o que permitiu criar uma estrutura de serviços que beneficiou todo o povoado.

No município de Coronel José Dias, a distribuição por sexo é de 52% homens e 48% mulheres. A densidade demográfica da Área de Preservação Permanente é de 2,2 habitantes por km², sendo que 50% da população da área encontra-se concentrada na sede município.

O município não dispõe de nenhum serviço básico de saneamento, de fornecimento de água e de pavimentação de ruas. No limite da sede há uma barragem que coleta água durante o período de chuva,

sendo utilizada tanto por pessoas quanto por animais. As condições de saúde pública são totalmente deficientes.

Do total da população, 30% declara trabalhar na roça e 60% dedica-se a abertura de micro-bodegas dedicadas à comercialização de alimentos. Apenas 1% da população trabalha na indústria cerâmica e 7% da população feminina trabalha como empregada doméstica em São Raimundo Nonato. A média da faixa salarial é de até 1 salário mínimo. Poucos são os casos cuja renda seja de dois salários, e muitos são os casos em que os trabalhadores recebem apenas a alimentação. O índice de analfabetismo é alto, atingindo 40% aproximadamente.

Já o município de São Raimundo Nonato experimentou em 1992 sua última fragmentação, o que ocasionou em uma radical mudança em sua configuração. Esse município possui uma superfície de 2.606,8 km² e uma população de 25.980 habitantes. Sua densidade demográfica é de 9,2 habitantes por km², sendo que 499,3 km² corresponde a superfície do município que está enquadrada à Área de Preservação Permanente, sendo que sua distribuição se faz em relação aos dois eixos viários.

Tabela 1: Povoados do Município de São Raimundo Nonato de acordo com o eixo viário

Eixo-viário	Povoados
BR-020 (Fortaleza/Brasília)	Garrincho, Jurubeba, Balancete, Baixa da Serra e Serra dos Gringos.
PI-140 (Canto do Buriti/Floriano/Teresina)	Estação, Serra Vermelha, Baixão do Diógenes, Cala Boca, Campo Belo e Baixão II.

A avaliação da utilização do espaço desse município é preciso ser feita em separado, pois as diferenças existentes são muito grandes entre os povoados. Os povoados localizados na BR-020 não possuem nenhum serviço, faltando até mesmo água – que só conseguem obter quando armazenam a água da chuva ou por meio de cacimbas. O acesso é péssimo e não dispõem de energia elétrica.

Em contrapartida, os povoados localizados na PI-140 vivem uma outra realidade, pois a população pode se conectar a um sistema de água encanada, eletricidade e transporte público, além de estrada asfaltada. A atividade comercial é desenvolvida por 25% das famílias e este pequeno comércio informal oferece serviços às famílias que têm na região sua residência principal. Apenas 4% das famílias desenvolvem atividades artesanais para complementar a renda.

A renda da população gira em torno de um salário mínimo (16%), sendo poucos os casos na faixa de dois salários (8%) e raríssimos os casos em que a renda chega a cinco salários (1%). Na Área de Proteção Permanente a taxa de analfabetismo também é grande chegando a 35%. A seguir discorre-se sobre alguns conflitos existentes em relação à criação do Parque Nacional da Serra da Capivara e a comunidade local.

3.1. A posse da terra

Os dois municípios têm em comum (São Raimundo Nonato e Coronel José Dias) o conflito de uso em relação ao Parque. Após sua criação e por falta de recursos federais, durante dez anos, o Parque passou a ser considerado terra de ninguém e seus recursos naturais, tidos como inesgotáveis, foram extremamente explorados. O Parque sofreu depredações sistemáticas, houve destruição da flora em dimensões incalculáveis e a caça foi transformada numa prática popular com graves conseqüências para a fauna. Esses fatos ocasionaram impactos negativos na preservação dos patrimônios natural e cultural.

3.2. A sobrevivência Humana

Como trata-se de uma região extremamente pobre, a vida das pessoas que moram nos municípios é muito difícil. Falta a eles saneamento básico e até mesmo a alimentação e mesmo diante da fiscalização, os moradores se arriscam a caçar os animais do Parque e declaram não compreender o porquê da suspensão da prática que sempre foi realizada na região. Esses moradores consideram extremamente inaceitável existirem normas que punam as pessoas que caçam animais para se alimentarem por não compreenderem que a caça é nefasta para o equilíbrio do Parque. Por outro lado, a população local tem como

principal fonte de sobrevivência os ativos do Parque, por isso se utilizam da caça como meio de alimentação e geração de renda.

3.3. A sobrevivência da natureza

A natureza tem direito à vida pelo ponto de vista biocêntrico¹ e ecocêntrico, expressando a própria existência de Deus. O homem deve promover o progresso social, criar riquezas e desenvolver a ciência de modo a gerar tecnologia sustentável, pois todas as espécies, tanto da flora quanto da fauna, têm o direito de serem preservadas. Essa preservação é muito importante para as gerações futuras que têm o direito de usufruírem dos mesmos recursos e riquezas da diversidade biológica, quanto as gerações atuais.

4. ALTERNATIVAS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS EXISTENTES

Diante do exposto sobre os conflitos existentes no Parque, algumas medidas foram tomadas visando atenuar essas disparidades.

4.1. O papel da FUNDHAM

Criada em 1986, para auxiliar os trabalhos arqueológicos realizados no Parque Nacional da Serra da Capivara, a FUNDHAM, presidida pela arqueóloga Niède Guidon, cuidou do Plano de Manejo, captou recursos para a fiscalização, captou guias entre a população local e ainda retoca o Centro de Visitantes (URBAN, 1998, p. 54). Além da arqueologia, os trabalhos incluem a conservação da caatinga e dos sítios com atividades voltadas para a comunidade local.

¹ O biocentrismo relaciona-se com a justiça biótica e está ancorado no raciocínio moral, em que todos os seres vivos têm valor e importância para as espécies. O ecocentrismo está fundamentado na ética da Terra, cuja análise está baseada no enfoque sistêmico, em que todos os entes importam e produzem matéria e energia (MOTA, 2001, p. 83; MACLEAN, 1996, p. 181-187; SHARPE, 1996, p. 273 e NASH, 1996, p. 205).

A conscientização da comunidade e a busca de alternativas econômicas não predatórias, capazes de melhorar a qualidade de vida do homem estão entre as prioridades da FUMDHAM. Entre as atividades desenvolvidas estão projetos comunitários nos arredores do Parque, ligados à apicultura, cerâmica artesanal e implantação de quatro escolas no entorno do parque, na zona rural, oferecendo ensino básico, baseado em um programa de educação ambiental no qual a mensagem passa através de todos os diferentes conteúdos exigidos pela legislação vigente.

São oferecidos cursos para formação profissionalizante, buscando formar a população local de modo que a mesma possa participar do novo mercado de trabalho que se está procurando abrir através do turismo eco-cultural (GUIDON, 1997, p. 293). A população local tem sua principal fonte de sobrevivência no ecoturismo.

4.2. Criação do Museu do Homem Americano

A FUNDHAM construiu com a ajuda do governo francês o Museu do Homem Americano, no qual estão expostos fósseis, cerâmica e a história do Homem Americano. É uma impressionante construção, com ótima infra-estrutura que recebe diariamente visitantes e estudiosos do mundo inteiro para terem um contato direto com os artefatos produzidos pelos povos pré-históricos. Possui além do museu, lojas com venda de artesanato local e lanchonetes. Essa construção impulsionou o turismo local, gerou empregos e trouxe divisas para o município.

4.3. Construção de Infra-Estrutura Aérea

Após anos de negociação a FUNDHAM juntamente com o IBAMA, conseguiu a autorização e recursos federais para a construção do aeroporto internacional de São Raimundo Nonato. Essa construção facilitará o acesso ao Parque que hoje é muito difícil e diminuirá o custo do transporte. Atualmente as cidades

mais próximas que possuem aeroporto são Petrolina-PE e Teresina-PI. Um outro benefício que essa construção trará, além de impulsionar o turismo é a geração de emprego e renda para a comunidade local.

4.4. Criação de Cooperativas

- **Artesanato:** A FUNDHAM trouxe do Japão ceramistas para que ministrassem cursos dessa arte para alguns nativos. Além de arcar com os custos do treinamento, a FUNDHAM fornece toda a matéria-prima para a confecção das peças que fazem muito sucesso com os turistas. Essa atividade gerou empregos e capacitou 4 pessoas da região.
- **Apicultura:** A FUNDHAM ofereceu cursos de apicultura para alguns nativos interessados nesse ofício, além de fornecer instalações, maquinaria para processamento e produção de mel. A produção tem atingido anualmente 80 toneladas e atende tanto ao mercado nacional quanto ao internacional.
- **Criação de caprinos:** Visando erradicar a caça no Parque, a FUNDHAM criou uma cooperativa para criação de carneiros. Existem regras para o abate dos animais e a carne deve ser dividida entre os moradores. O objetivo dessa cooperativa é fornecer alimento para a população localizada nos arredores do Parque e evitar que os mesmos se utilizem da caça de animais.

4.5. Compra de terrenos ao redor do Parque

A FUNDHAM tem adquirido terrenos localizados ao redor do Parque e depois os incorpora à área do Parque por meio de doação. O objetivo principal da aquisição desses terrenos é criar um corredor ecológico, que serve como zona tampão, a qual é útil para proteger as áreas contíguas ao Parna.

4.6. Campanha de educação ambiental

A FUNDHAM construiu uma escola nos arredores do Parque e oferece ensino gratuito a 600 crianças da região. Lá elas recebem assistência médica e dentária e todas as disciplinas são interligadas à questão ambiental, pois

"a educação é fundamental para uma elite de inovadores, cujas decisões terão um papel fundamental como motor do processo de

desenvolvimento, para permitir que a maioria da população adulta possa compreender a natureza e o benefício que, acarretarão certas mudanças na procura de uma relação harmoniosa entre a comunidade e o meio ambiente e, para facilitar que as categorias sociais mais jovens recebam os conhecimentos necessários para entrar no processo de transformação social" (PESSIS, 1998, p. 67).

4.7. Harmonia entre poderes constituídos e a sociedade

Por meio de reuniões, visando conscientizar a população quanto a importância da preservação das riquezas naturais e culturais, os poderes constituídos: prefeitura, Câmara dos Vereadores e juiz da comarca, têm dedicado esforços visando solucionar os problemas locais.

Tratando-se de uma região de reduzidas potencialidades de desenvolvimento, o Parque Nacional Serra da Capivara abre alternativas de crescimento econômico com equilíbrio ecológico. Para seu aproveitamento é preciso que a comunidade se transforme e se organize em função de metas que sejam funcionais à Unidade de Conservação.

Uma ativa participação das autoridades municipais é essencial para implantar projetos que tornem viável o crescimento. A implantação de uma atividade turística deveria tornar-se a meta principal em torno à qual os projetos municipais deveriam ser estruturados. A vontade política é o fator que marcará a velocidade com a qual poderá ser implantando um programa de eco-turismo cultural. É fundamental que essa opção seja percebida com total consenso popular de maneira que possa existir uma continuidade de ações independentemente de mudanças de gestões municipais.

5) CONCLUSÃO

O relacionamento entre Unidades de Conservação com suas vizinhanças deve ser trabalhado no sentido de buscar o entendimento e o apoio das populações locais, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico das comunidades e o estabelecimento de processos participativos comunitários de modo a garantir padrões de sustentabilidade para todos os entes.

As atividades que visam a compreensão, por parte das populações vizinhas, da importância, objetivos e benefícios diretos e indiretos de uma Unidade de Conservação, devem ser consideradas prioritariamente. Ao adquirir apoio, consegue-se maior sucesso a longo prazo na proteção da área. Nesse sentido, os programas de educação ambiental são elementos fundamentais para qualquer estratégia planejada, sendo que os mesmos devem ser apropriados às realidades de cada área e devem envolver as comunidades em sua preparação e implementação.

Promover o desenvolvimento das populações vizinhas é uma estratégia alternativa para que a médio e a longo prazos diminua a pressão antrópica sobre as Unidades de Conservação e essa estratégia tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações, de forma que colaborem efetivamente para a proteção dos recursos naturais, dentro e fora da Unidade.

Quando as populações percebem algum benefício pela existência próxima de área protegidas e sentem a preocupação, o apoio e a busca de oportunidades de trabalho conjunto por parte dos seus gestores, passam a colaborar efetivamente com a proteção aos recursos naturais da Unidade de Conservação. Contratações de pessoal local e promoção do turismo ecológico, apoio aos serviços sociais e oportunidades de capacitação destas populações, são ações que valorizam as comunidades vizinhas, ajudando a integrá-las com a unidade.

No entanto, as atividades devem ser economicamente viáveis e sustentáveis, de modo a não provocarem o esgotamento dos recursos naturais. Em razão da necessidade de proteger-se de modo mais significativo os ecossistemas, faz-se necessário o desenvolvimento de processos participativos, sob a forma de trabalhos conjuntos entre os gerenciadores das Unidades e grupos categorizados da sociedade. Esses processos surgem como uma maneira de resolver os conflitos existentes entre a sociedade local e as unidades de conservação e dessa forma obter maior aproximação e cooperação entre os gestores das Unidades, no caso do Parque Nacional da Serra da Capivara a FUNDHAM, o IBAMA e as comunidades vizinhas.

Desta forma, foi possível verificar que quando um Parque Nacional trabalha em regime de parceria, a realidade do mesmo é outra, pois há um envolvimento maior da população e de instituições públicas e privadas em seu sistema de gestão que se torna mais factível.

No caso do Parna da Serra da Capivara a divisão da gestão entre IBAMA e FUNDHAM permitiu identificar os problemas existentes e atenuá-los por meio de uma série de ações, e ainda inserir as organizações sociais dos municípios contíguos ao Parque no seu processo decisório, proporcionando melhores

condições de vida à população local, por meio da inclusão social dos habitantes circunvizinhos ao Parque em projetos e cursos de capacitação de integração ambiental.

Os gestores do Parna da Serra da Capivara têm como principal preocupação o fato de definir uma política ampla de preservação ambiental uma vez que se promove o ecoturismo, que se constitui em importante fonte de divisas para região e para o Parque, de forma a não degradar o meio ambiente (REZENDE FILHO, 1999, p. 8)

Segundo GUIDON (1997, p. 294) os gestores precisam entender que uma Unidade de Conservação pode tornar-se o motor do desenvolvimento econômico da região na qual está localizado. O fator principal para que isso seja atingido é programar o manejo da Unidade de modo a utilizar sustentavelmente seus recursos e que seja capaz de promover o desenvolvimento da economia local.

Diante das argumentações aqui expostas foi possível concluir que o sistema de parceria no gerenciamento de Unidades de Conservação deve ser incentivado pela autoridade ambiental, pois foi possível verificar que a parceria traz benefícios tanto para a Unidade quanto para os entes envolvidos no processo. Os resultados alcançados, com o sistema da parceria, para a Unidade de Conservação podem ser visivelmente percebidos, seja por meio do aumento dos recursos captados pelo Parque, seja na melhoria de sua infraestrutura.

Assim, o sistema de parceria permite ampliar o horizonte da Unidade de Conservação por intermédio da ampliação da captação de investimentos, inserção das organizações locais no processo decisório e conservação/preservação da biodiversidade da Unidade de Conservação. Esses fatores permitem desenvolver o ecoturismo e a economia local do município no qual a Unidade está localizada.

Por isso, MELLO² (*apud* LIMA, 2002, p. 21) afirma que “é preciso investir em modernização gerencial e quebrar a cultura do isolamento do órgão. Isto se consegue com parcerias”. Segundo o autor

“o IBAMA está aberto a parcerias, seja com o Exército, seja com ONGs, com prefeituras municipais, com o apoio do setor privado como a Fundação Roberto Marinho, ABN Amro Bank, Banco Real, Gerdau, WWF Brasil, entre outros” .

² Rômulo Mello é presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Ademais, o exemplo do Parna da Serra da Capivara representa um caso singular de gestão realizada em regime de parceria, necessitando de que seu exemplo seja disseminado por todas as demais Unidades de Conservação brasileiras. Assim sendo, é imprescindível que a gestão pública avance em direção à utilização de parcerias na gestão das Unidades de Conservação. Entretanto, esta observação não deve prescindir da obrigação do Estado em definir regras, normas e regulamentos que possibilitem a inserção de outros setores da sociedade nos mecanismos decisórios de Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Moacir Bueno. **Ecologia e Antropismo na Área do Município de São Raimundo Nonato e Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)**. Dissertação de mestrado em Ecologia. Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, 1993.

BRITO, Francisco A.; CÂMARA, João B. D. **Democratização e Gestão Ambiental: Em busca do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

GUIDON, Niède. Patrimônio e Unidades de Conservação no Brasil = Cultural Assets and Conservation Units in Brazil. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (1: 1997: Curitiba). **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 15 a 23 de novembro. Apresentado: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 1997.

LIMA, José Roberto. Parcerias Mudam Perfil das Unidades de Conservação. **Folha do Meio Ambiente**. Brasília: setembro, 2002.

MACLEAN, Douglas. Environmental Ethics and Human Values. In: COTHERN, C. Richard. **Handbook for Environmental Risk Decision Making: Values, Perceptions, and Ethics**. New York: Lewis Publishers, 1996.

MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: Economia e Política dos Recursos Naturais**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

NASH, James A. Moral Values in Risk Decisions. In: COTHERN, C. Richard. **Handbook for Environmental Risk Decision Making: Values, Perceptions, and Ethics**. New York: Lewis Publishers, 1996.

PESSIS, Anne-Marie. **Parque Nacional da Serra da Cavara: Perfil Sócio-econômico**. Recife: FUMDHAM-Sudene, 1998.

REZENDE FILHO, Jonas. Aqui Viveram os Primeiros Brasileiros. In: **Revista Na Poltrona**. Ano 1, nº 6. Rio de Janeiro, outubro de 1999.

SHARPE, Virginia A. Ethical Theory and the Demands of Sustainability. In: COTHERN, C. Richard. **Handbook for Environmental Risk Decision Making: Values, Perceptions, and Ethics**. New York: Lewis Publishers, 1996.

URBAN, Teresa. **Parque para o homem americano: Parque Nacional da Serra da Capivara**. In: Horizonte Geográfico. Janeiro/Fevereiro de 1998.